



# Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas, apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do exercício de 2013, acompanhadas das Demonstrações Financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos SA - CCR ViaLagos, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. **Desempenho Econômico e Financeiro:** As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., são definidas pela AGETRANSP. Os valores das tarifas praticadas pela Concessionária no ano de 2013 foram: Tarifa Básica de Pedágio (TBP) R\$ 8,90 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) R\$ 14,90. No ano de 2013, não houve revisão tarifária. A receita operacional bruta da Companhia (excluindo a receita de construção) atingiu o valor de R\$ 94 milhões com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, com crescimento de 6,20% sobre o obtido em 2012. Observamos uma queda no resultado líquido em 15,64%, quando comparado ao ano de 2012, influenciado principalmente pelo acréscimo nos custos operacionais e maior despesa financeira decorrente de empréstimos obtidos para pagamento das obras de melhoria de segurança viária. A Companhia está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu Plano de Investimentos. Desta forma, o financiamento contratado em agosto de 2013, com vencimento para agosto de 2015 contribui para as melhorias da rodovia. O empréstimo vigente é de longo prazo no montante de R\$ 130 milhões, em moeda estrangeira (dólar americano), junto a *Bank of America*. Este empréstimo segue a política de proteção da Companhia, sendo assim foi contratado um *hedge/swap* para mitigar efeitos do câmbio em seu resultado final. **Gestão do Patrimônio:** No acumulado desde o início da Concessão até 2013, os investimentos perfazem, em moeda de dezembro de 2013, o montante de R\$ 304 milhões. Destacam-se no conjunto de obras e serviços executados: continuidade do programa de recuperação do pavimento e sinalização, além da recuperação dos muros de ala. Em cumprimento ao 8º Termo Aditivo do contrato de concessão, estão em andamento as obras de melhoria da segurança viária, que prevê a implantação de divisória de separação de pistas, pavimentação do acostamento e readequação das sinalizações horizontal e vertical. **Gestão do Atendimento:** A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., tem como objetivo proporcionar aos seus usuários segurança, conforto, fluidez e orientação, por meio de serviços de qualidade ao transitar ao longo da via por ela administrada. A ViaLagos é uma rodovia moderna, em pistas duplas e bem sinalizadas, com atendimento médico e mecânico 24 horas. No campo das operações, a Concessionária adotou medidas para aumentar ainda mais a satisfação dos usuários, tais como: o aprimoramento dos processos de atendimento, treinamento dos colabo-

radores, novos procedimentos de abordagem aos usuários, e melhorias nas áreas de resgate e na frota de guinchos. A Concessionária ampliou as ações do Programa de Redução de Ocorrências com animais, através da criação de um comitê composto por colaboradores da área de atendimento, agricultores, pecuaristas e trabalhadores rurais da região. Além disso, a equipe de atendimento pré-hospitalar (APH) realizou no ano de 2013 treinamentos para profissionais de área médica da rede pública de saúde, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento profissional das equipes de emergência dos hospitais dos municípios servidos pela rodovia. A modernização dos dispositivos de sinalização e a reformulação de procedimentos de inspeção, com o reposicionamento de viaturas do SOS Usuário em pontos estratégicos ao longo da rodovia, também contribuíram para a melhoria das condições de conforto e segurança. O monitoramento da rodovia, por meio de inspeções é realizado a cada 30 minutos em média. **Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior**

	2013	2012
Volume de tráfego	6.694.573	5.842.610

O volume de tráfego pedagiado registrado na ViaLagos no ano de 2013 apresentou crescimento de 14,58% quando comparado ao mesmo período de 2012, sendo esse o maior volume já registrado no período de um ano desde o início da concessão. Parte deste aumento foi devido ao crescimento de tráfego de veículos comerciais. **Reajustes de tarifas de pedágio:** No ano de 2013 não tivemos revisão tarifária para a Concessionária da Rodovia dos Lagos, permanecendo assim, a mesma tarifa praticada no 2º semestre de 2012. **Análise do demonstrativo de resultado:** A Concessionária obteve no ano de 2013 um lucro líquido de R\$ 24.841 mil inferior em R\$ 4.606 mil, quando comparado com o ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram: acréscimos em custos operacionais e maior despesa financeira decorrente das obras de melhoria de segurança viária. **Obras concluídas e a realizar:** • Recuperação do pavimento e sinalização em pontos localizados da pista e acostamento ao longo da rodovia. • Recuperação dos muros de ala. • Melhoria da segurança viária contemplando o alargamento da pista, implantação de divisória de separação de pistas, pavimentação do acostamento e readequação das sinalizações horizontal e vertical (em andamento). **Cronograma físico-financeiro dos investimentos previstos no último aditivo firmado com o Poder Concedente:** O cronograma físico-financeiro dos investimentos está sendo cumprido pela Concessionária conforme contrato firmado com o Poder Concedente.

### Segurança na estrada:

	2013	2012
Acidentes	266	235
Vítimas	327	264

No ano de 2013 houve um aumento de 13,19% no número de acidentes e aumento de 23,86% no número de vítimas. Esses acréscimos são explicados pelos seguintes fatores: imprudência dos motoristas, crescimento de tráfego e característica dos acidentes. **Turismo e Sustentabilidade Social e Ambiental:** A ViaLagos continua atuando estratégica e sistematicamente como agente impulsionador do turismo na Região da Costa do Sol. O *Espaço VIP* da Concessionária, situado no Shopping Graal no km 23, disponibiliza para os usuários informações sobre a rodovia, o sistema de pedagiamento eletrônico e, ainda, informações turísticas da região. Além disso, a CCR ViaLagos realiza ações junto aos colaboradores e comunidades lindeiras, promovendo a proteção e a sustentabilidade dos rios e córregos e campanhas de distribuição de sementes de árvores nativas da região aos usuários que transitam na praça do pedágio na semana comemorativa do Meio Ambiente e do Dia da Árvore. Na área de responsabilidade sócio ambiental, o destaque é o programa Estrada para a Cidadania, que em 2013, beneficiou mais de 16.500 crianças e 820 professores nos municípios de Rio Bonito, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Cabo Frio, com aulas de educação para o trânsito, cidadania e meio ambiente. Também em 2013, a CCR ViaLagos investiu nos seguintes projetos culturais: Cine Tela Brasil e BuZum (teatro de bonecos itinerantes). **Considerações finais:** Em nosso relacionamento com o auditor independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui representadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **Agradecimentos:** A Administração desta Concessionária agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial o DER-RJ e à AGETRANSP, aos usuários, às instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados em 2013. Rio Bonito, 19 de fevereiro de 2014. **A Administração.**

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013		Passivo	Nota	2013	
		2013	2012			2013	2012
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	6	47.301	19.061	Financiamentos e arrendamento mercantil	13	262	97.227
Contas a receber	7	319	371	Fornecedores	14	8.777	2.388
Contas a receber com operação de derivativos	19	-	19.616	Fornecedores - partes relacionadas	10	-	342
Contas a receber - partes relacionadas	10	3.568	3.418	Impostos e contribuições a recolher		1.227	935
Impostos a recuperar		2.592	102	Obrigações sociais e trabalhistas		2.302	1.718
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	430	430	Imposto de renda e contribuição social a pagar		339	1.134
Despesas antecipadas		299	289	Obrigações com o poder concedente		44	44
Outras contas a receber		332	65	Provisão de manutenção	16	5.620	2.972
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>54.841</b>	<b>43.352</b>	Outras contas a pagar		490	202
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>19.061</b>	<b>106.962</b>
Realizável a longo prazo				<b>Não circulante</b>			
Impostos diferidos	8b	13.422	17.810	Financiamentos e arrendamento mercantil	13	132.645	-
Depósitos judiciais		281	472	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	43	90
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	9.501	9.931	Provisão de manutenção	16	4.466	4.007
		23.204	28.213	Contas a pagar com operações de derivativos	19	77	-
<b>Imobilizado</b>	11	6.437	4.397	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>137.231</b>	<b>4.097</b>
<b>Intangível</b>	12	92.581	57.051	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>122.222</b>	<b>89.661</b>	Capital social	18a	12.550	11.293
<b>Total do ativo</b>		<b>177.063</b>	<b>133.013</b>	Reserva de lucros	18c	8.221	10.661
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>20.771</b>	<b>21.954</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>177.063</b>	<b>133.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>		11.293	2.258	494	7.300	-	21.345
Distribuição de dividendos em 26 de abril de 2012		-	-	-	(7.034)	-	(7.034)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	29.447	29.447
Destinações:							
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2012		-	-	-	(266)	(21.538)	(21.804)
Reserva estatutária		-	-	147	-	(147)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	7.762	(7.762)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>11.293</b>	<b>2.258</b>	<b>641</b>	<b>7.762</b>	<b>-</b>	<b>21.954</b>
Aumento de capital 26 de abril de 2013	18a	1.257	(1.257)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos em 29 de Abril de 2013	18e	-	-	-	(7.737)	-	(7.737)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.841	24.841
Destinações:							
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de outubro de 2013	18e	-	-	-	-	(18.287)	(18.287)
Reserva legal	18b	-	1.242	-	-	(1.242)	-
Reserva estatutária	18c	-	-	124	-	(124)	-
Reserva de retenção de lucros	18d	-	-	-	5.188	(5.188)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>12.550</b>	<b>2.243</b>	<b>765</b>	<b>5.213</b>	<b>-</b>	<b>20.771</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996 com sede na cidade de Rio Bonito - RJ, tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ 124, trecho Rio Bonito - Araruama; a paralela à RJ 106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; e os 4 km da RJ 106, trecho do km 105 ao km 109 - trevo de São Pedro da Aldeia, compreendendo os serviços e obras de monitoração, recuperação, manutenção, conservação, operação, implantação e ampliação, mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. O prazo da concessão é de 40 anos, até 12 de janeiro de 2037, contados a partir da ordem de início expedida pelo DER-RJ em janeiro de 1997. Este prazo foi estendido em 2012 por meio do 8º Termo aditivo aprovado pelo poder concedente, garantindo à concessionária mais 15 anos na administração e operação da rodovia. Além disso, a reformulação do contrato estabeleceu a inclusão de R\$ 130 milhões de investimentos em obras de melhoria da segurança viária, redução das tarifas e alteração no período de cobrança da Tarifa Básica com Adicional (TBA).

**2. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apre-

sentados nas demonstrações financeiras da companhia. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. **b) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **c) Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **d) Instrumentos financeiros:** • Ativos finan-

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2013	
		2013	2012
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>121.546</b>	<b>82.005</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Custo de construção		(36.989)	(1.691)
Provisão de manutenção	16	(2.266)	(2.712)
Depreciação e amortização	11 e 12	(2.394)	(2.299)
Custo da outorga		(430)	(430)
Serviços		(10.996)	(4.617)
Custo com pessoal		(6.485)	(5.975)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.177)	(1.123)
Outros		(1.998)	(1.732)
		(62.735)	(20.579)
<b>Lucro bruto</b>		<b>58.811</b>	<b>61.426</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesa com pessoal		(3.902)	(3.020)
Serviços		(5.631)	(6.007)
Materiais, equipamentos e veículos		(268)	(201)
Outras		(2.729)	(1.861)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>46.281</b>	<b>50.337</b>
Despesas financeiras	23	(49.430)	(48.791)
Receitas financeiras	23	41.429	42.983
<b>Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>38.280</b>	<b>44.529</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8a	(9.051)	(9.377)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	(4.388)	(5.705)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>24.841</b>	<b>29.447</b>
<b>Lucro líquido por ação - (em reais - R\$)</b>			
Lucro por ação ordinárias		0,7064	0,8373
Lucro por ação preferenciais		0,7064	0,8373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>24.841</b>	<b>29.447</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>24.841</b>	<b>29.447</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ceiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A

continua



## Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. • Capital social: **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação de sua parcela do capital social. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **h) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "r". **i) Ativos arrendados:** • Arrendamento mercantil financeiro: Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 17. **j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **l) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As Obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às con-

dições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **m) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **n) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **o) Benefícios a empregados:** • Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tende a ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social. No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. **q) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCP 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 21) ao Poder Concedente, sob entendimento do contrato de concessão um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato. Nesse tipo de contrato, tanto o Concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, e o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. **r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro do exercício</b> .....	24.841	29.447
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	4.388	5.705
Apropriação de despesas antecipadas .....	430	430
Depreciação e amortização .....	2.394	2.299
Baixa do ativo imobilizado .....	-	5
Variação cambial sobre financiamentos .....	16.443	7.949
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil .....	1.936	1.656
Capitalização dos custos de empréstimos .....	(3)	(1)
Valor justo sobre empréstimos .....	(1.532)	1.760
Resultado de operação com derivativos .....	(7.304)	(5.110)
Constituição e juros sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários .....	469	292
Provisão para crédito de liquidação duvidosa .....	115	(49)
Provisão de manutenção .....	2.266	2.712
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção .....	1.025	980
	20.627	18.628
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
<b>Aumento (redução) dos ativos</b>		
Contas a receber .....	(63)	70
Contas a receber - partes relacionadas .....	(150)	(649)
Impostos a recuperar .....	(2.490)	173
Outras despesas antecipadas .....	(10)	(31)
Outras contas a receber e depósitos judiciais .....	(76)	(85)
<b>(Redução) aumento dos passivos</b>		
Fornecedores .....	(1.357)	397
Fornecedores - partes relacionadas .....	(342)	(89)
Obrigações sociais e trabalhistas .....	584	749
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social .....	6.154	8.535
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social .....	(6.657)	(8.085)
Liquidação de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários .....	(516)	(285)
Realização provisão de manutenção .....	(184)	(3.646)
Obrigações com o poder concedente .....	-	(2)
Outras contas a pagar .....	288	21
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b> .....	40.649	45.148
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado .....	(2.963)	(1.228)
Adições ao ativo intangível .....	(29.252)	(1.701)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b> .....	(32.215)	(2.929)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Liquidação de operação com derivativos .....	26.997	(4.869)
Financiamentos e arrendamento mercantil		
Captações .....	130.000	-
Pagamentos de principal .....	(109.287)	(153)
Pagamentos de juros .....	(1.880)	(1.619)
Dividendos pagos .....	(26.024)	(28.838)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b> .....	19.806	(35.479)
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b> .....	28.240	6.740
<b>Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício .....	19.061	12.321
No final do exercício .....	47.301	19.061
	28.240	6.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **s) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 E IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 E IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

continua



## Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornecer aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

**3. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 19 de fevereiro de 2014 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	Descrição
2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
7	Provisão para devedores duvidosos
8b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
15	Provisão para riscos
16	Provisão de manutenção
17	Classificação de arrendamento mercantil
19	Instrumentos financeiros

**4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBOVESPA e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swaps de moeda e de taxa de juros e opções de compra de Libor, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de "swap" de juros e/ou de moeda: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBOvespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Opções de compra de Libor com teto ("cap"): O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de Black Scholes para precificação de opções de taxas de juros.

**5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito, b) Risco de taxas de juros e inflação. c) Risco de taxa de câmbio. d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para empréstimos de capital de giro. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 19. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Empréstimos em moeda estrangeira.....	262	132.645

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixas e bancos.....	2.006	1.835
Aplicações financeiras.....	45.295	17.226
	<u>47.301</u>	<u>19.061</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas em média, à taxa de 99,56 % do CDI, equivalente a 8,03% ao ano (8,84% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2012).

### 7. Contas a receber

	2013	2012
<b>Circulante</b>		
Pedágio eletrônico (a).....	174	229
Receitas acessórias (b).....	30	40
Pedágio eletrônico - outros (c).....	124	109
Outros.....	113	-
	<u>441</u>	<u>378</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d).....	(122)	(7)
	<u>319</u>	<u>371</u>

### Idade de Vencimento dos Títulos

	2013	2012
Créditos a vencer.....	318	363
Créditos vencidos até 60 dias.....	1	8
Créditos vencidos de 90 a 360 dias.....	122	7
	<u>441</u>	<u>378</u>

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; (c) Créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias.

**8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	38.280	44.529
Alíquota nominal.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal.....	(13.015)	(15.140)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda.....	327	267
Outros ajustes tributários.....	(314)	(6)
Provisão para participação nos resultados (PLR).....	(213)	-
Despesas indedutíveis.....	(180)	(54)
Despesas com brindes e associações de classe.....	(44)	(149)
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	<u>(13.439)</u>	<u>(15.082)</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos correntes.....	(9.051)	(9.377)
Impostos diferidos.....	(4.388)	(5.705)
Alíquota efetiva de impostos.....	35%	34%

**b. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2013	2012
<b>Bases ativas</b>		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a).....	13.497	17.386
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b).....	7.204	8.848
Constituição da provisão de manutenção (c).....	3.429	2.373
Variação cambial.....	1.401	6.728
Valor justo (operações com derivativos).....	1.352	3.621
Depreciação de obras registradas no custo (d).....	787	770
Provisão para participação nos resultados (PLR).....	290	166
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	41	2
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários.....	15	31
Perdas nas operações de hedge.....	-	2.207
Outros.....	229	87
	<u>28.245</u>	<u>42.219</u>

### Bases passivas

Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil).....	(9.791)	(8.672)
Custo de empréstimos capitalizados (e).....	(3.052)	(3.141)
Ganhos nas operações de hedge.....	(970)	(8.883)
Valor justo (operações com derivativos).....	(858)	(3.595)
Outros.....	(152)	(118)
	<u>(14.823)</u>	<u>(24.409)</u>
Ativo diferido líquido.....	<u>13.422</u>	<u>17.810</u>

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2014.....	2.878
2015.....	3.574
2016.....	4.210
2017.....	2.835
	<u>13.497</u>

(b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07; (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item (b), conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07; (d) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07; (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07.

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	2013	2012
Circulante.....	430	430
Não circulante.....	9.501	9.931
	<u>9.931</u>	<u>10.361</u>

A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão. **10. Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Transações	Saldos		
	Resultado	Ativo	Passivo
			Forne- cedores
			contas a pagar e ILP
<b>Serviços prestados</b>			
Controladora			
CCR Brasil (a).....	2.580	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>			
STP / CGMP / SGMP (b).....	-	3.564	-
Ponte.....	-	4	-
CPC (c).....	7.536	-	-
Total, 31 de dezembro de 2013.....	<u>10.116</u>	<u>3.568</u>	-
Total, 31 de dezembro de 2012.....	<u>4.242</u>	<u>3.418</u>	<u>342</u>

### Despesas com profissionais chaves da administração

	2013	2012
Remuneração (d):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa.....	482	-
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado.....	626	-
Previdência privada.....	32	-
Seguro de vida.....	2	2
	<u>1.142</u>	<u>2</u>

Na AGO realizada em 26 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 500, a qual não inclui os encargos sociais. O excedente pago em relação ao aprovado, será submetido a ratificação na próxima AGO.

### Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração

	2013	2012
Remuneração dos administradores (d).....	833	-

(a) Prestação exclusiva de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR; (b) Referem-se aos valores de tarifa de pedágio eletrônico cobrados de usuários do sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no período subsequente; (c) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias; (d) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado	Taxa média anual de depreciação %	2013		2012	
		Custo	Líquido	Custo	Líquido
Móveis e utensílios.....	11	639	359	470	242
Máquinas e equipamentos.....	13	3.980	858	3.836	934
Veículos.....	20	1.843	860	1.769	1.008
Instalações e edificações.....	11	5.689	1.390	4.823	786
Imobilizações em andamento.....	-	2.970	1.427	-	1.427
		<u>15.121</u>	<u>6.437</u>	<u>12.325</u>	<u>4.397</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos em fase de instalação.

### Movimentação do custo

	2012		2013		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfe- rências (a)	
Móveis e utensílios.....	470	-	-	169	639
Máquinas e equipamentos.....	3.836	-	-	144	3.980
Veículos.....	1.769	-	-	74	1.843
Instalações e edificações.....	4.823	-	-	866	5.689
Imobilizações em andamento.....	1.427	2.963	-	(1.420)	2.970
	<u>12.325</u>	<u>2.963</u>	-	<u>(167)</u>	<u>15.121</u>

continua



## Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

	2011		2012		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Móveis e utensílios.....	402	1	-	67	470
Máquinas e equipamentos.....	3.651	1	-	184	3.836
Veículos.....	1.813	-	(44)	-	1.769
Instalações e edificações.....	4.716	-	-	107	4.823
Imobilizações em andamento.....	627	1.226	(3)	(423)	1.427
	11.209	1.228	(47)	(65)	12.325

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível; Não foram acrescidos aos ativos imobilizados custos de empréstimos no exercício de 2013 (R\$ 1 no exercício de 2012).

	2012		2013		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Móveis e utensílios.....	(228)	(52)	-	-	(280)
Máquinas e equipamentos.....	(2.902)	(220)	-	-	(3.122)
Veículos.....	(761)	(222)	-	-	(983)
Instalações e edificações.....	(4.037)	(262)	-	-	(4.299)
	(7.928)	(756)	-	-	(8.684)

	2011		2012		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Móveis e utensílios.....	(190)	(38)	-	-	(228)
Máquinas e equipamentos.....	(2.734)	(208)	40	-	(2.902)
Veículos.....	(523)	(238)	-	-	(761)
Instalações e edificações.....	(3.818)	(221)	2	-	(4.037)
	(7.265)	(705)	42	-	(7.928)

12. Ativos Intangíveis	Taxa média anual de amortização %	2013		2012	
		Custo	Amor-tização Líquido	Custo	Amor-tização Líquido
Direito de uso de Infraestrutura....	(a)	139.134	(46.936)	92.198	102.133
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	20	861	(513)	348	694
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	20	281	(246)	35	281
		140.276	(47.695)	92.581	103.108

(a) Amortização pela curva do benefício econômico.

	2012		2013		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (b)	
Direitos de exploração da infraestrutura.....	102.133	37.001	-	-	139.134
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	694	-	-	167	861
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	281	-	-	-	281
	103.108	37.001	-	167	140.276

	2011		2012		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura.....	100.430	1.701	-	2	102.133
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	631	-	-	63	694
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	281	-	-	-	281
	101.342	1.701	-	65	103.108

Foram acrescidos ao custo de empréstimo o montante de R\$ 3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (não houve custo de empréstimo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012), a taxa média anual de capitalização no exercício de 2013 foi de 0,89 % a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos).

	2012		2013		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura.....	(45.389)	(1.547)	-	-	(46.936)
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	(449)	(64)	-	-	(513)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	(219)	(27)	-	-	(246)
	(46.057)	(1.638)	-	-	(47.695)

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

13. Empréstimos e arrendamento mercantil	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Vencimento final	2013		2012	
				2013	2012		
<b>Instituições financeiras</b>							
<b>Em moeda nacional</b>							
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A. - CDI+1,5% a.a (a)		N/I	Outubro de 2013	-	99		
<b>Em moeda estrangeira</b>							
Bank of America National.....	Libor + 1,4% a.a. (c)	N/I	Agosto de 2015	132.907	-		
Merrill Lynch.....	Libor + 1,73% a.a. (b)	N/I	Agosto de 2013	-	97.128		
<b>Subtotal em moeda estrangeira.....</b>				132.907	97.227		
				262	97.227		
Total circulante.....				132.645	-		
Total não circulante.....				-	-		

N/I - custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente, e estão descritas abaixo: (a) Operação liquidada em outubro de 2013. (b) Operação liquidada em agosto de 2013. (c) Em 15 de agosto de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento em moeda estrangeira (dólar americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America National Association no montante de USD 56.980, equivalente a R\$ 130.000, com vencimento em 17 de agosto de 2015, sendo a taxa de juros libor de 3 meses + 1,40% a.a + variação cambial, sendo o pagamento de juros trimestral e pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap de fluxo de caixa, trocando a remuneração da dívida libor de 3 meses + 1,40% a.a + 100% da variação cambial por 109,95% do CDI. O principal critério para declaração de vencimento antecipado é a não manutenção do indicador EBITDA / Serviço da Dívida (pagamentos efetuados no período de doze meses) maior que 2. Há restrição para distribuição de dividendos caso a Dívida Líquida / EBITDA seja menor que 3,5. A verificação do atendimento aos índices é trimestral.

14. Fornecedores	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
<b>Circulante</b>				
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a).....	6.883	1.906		
Caufões e retenções contratuais (b).....	1.891	432		
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a).....	3	50		
	8.777	2.388		

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

**15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2012		2013		Total
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamento	Saldo Final	
Cíveis e administrativas.....	17	235	(252)	-	-
Trabalhistas e previdenciários.....	73	234	(264)	43	43
	90	469	(516)	43	43

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

(b) Reclamações de danos materiais e morais decorrentes de processos administrativos perante órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2011		2012		Total
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamento	Saldo Final	
Cíveis e administrativas.....	-	17	-	17	17
Trabalhistas e previdenciários.....	83	(10)	-	73	73
	83	7	-	90	90

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$1.553 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.695 em 31 de dezembro de 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

16. Provisão de manutenção	2012		2013		Total
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realizações	
Circulante.....	2.972	1.561	853	(184)	5.620
Não circulante.....	4.007	705	172	-	4.466
Total.....	6.979	2.266	1.025	(184)	10.086

	2011		2012		Total
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realizações	
Circulante.....	2.810	2.703	1.105	(3.646)	2.972
Não circulante.....	4.123	9	(125)	-	4.007
Total.....	6.933	2.712	980	(3.646)	6.979

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a. e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

**17. Arrendamento mercantil financeiro:** A Companhia possui ativos em um montante de R\$ 444 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusula de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

	2013		2012	
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depre- ciação Líquido	Depre- ciação Líquido
Veículos.....	20	444	(279)	165

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 3 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2012).

**18. Patrimônio líquido:** a. **Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais. Em 26 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 1.257, mediante a transferência do referido montante da conta de reserva legal passando o capital da Companhia a ser de R\$ 12.550. Não houve movimentação nas ações ordinárias e preferenciais durante o exercício. b. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c. **Reserva estatutária:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d. **Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital e será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO). A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. e. **Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 29 de abril de 2013, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 7.737, correspondente a R\$ 0,22 por ação, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, conforme Assembleia Geral Ordinária. Em 28 de outubro de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 18.287, correspondente a R\$ 0,52, por ação a conta de parte dos lucros apurados no período de janeiro a setembro de 2013 e parte do saldo da reserva de retenção de lucros existente em 31 de dezembro de 2012, os dividendos intermediários serão distribuídos conforme base acionária de 28 de outubro de 2013.

	2013		2012	
	Lucro líquido do exercício.....	(-) Constituição de reserva estatutária.....	Lucro líquido do exercício.....	(-) Constituição de reserva estatutária.....
	24.841	(124)	24.841	(124)
		(1.242)		(1.242)
Lucro líquido ajustado.....	23.475	-	23.475	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado.....	5.869	-	5.869	-
Dividendos intermediários pagos.....	18.287	-	18.287	-

**19. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não são efetuadas operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria	2013			2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras.....	45.295	-	-	17.226	-	-
Contas a receber.....	-	319	-	-	371	-
Contas a receber - partes relacionadas.....	-	3.568	-	-	3.418	-
Contas a receber com operações de derivativos.....	-	-	-	19.616	-	-
Outros créditos.....	-	332	-	-	65	-
<b>Passivos</b>						
Empréstimos em moeda estrangeira.....	(132.907)	-	-	(97.128)	-	-
Arrendamento mercantil.....	-	-	-	-	-	(99)
Fornecedores e outras contas a pagar.....	-	-	(9.267)	-	-	(2.590)
Contas a pagar com operações de derivativos.....	(77)	-	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas.....	-	-	-	-	-	(342)
	(87.689)	4.219	(9.267)	(60.286)	3.854	(3.031)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia contratou operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que nas mesmas datas das contratações foram firmados contratos de swap trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo, tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descaimento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 134.382 em 31 de dezembro de 2013 (R\$97.071 em 31 de dezembro de 2012). Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 4. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBOVESPA e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Aplicações financeiras.....	45.295	17.226	45.295	17.226
Empréstimos em moeda estrangeira.....	(132.907)	(97.128)	(132.907)	(97.128)
Derivativos.....	(77)	19.616	(77)	19.616

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia realizou operações com derivativos (swap) visando mitigar os riscos de taxas de juros e inflação. A Companhia contratou operações com derivativos, visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seus endividamentos em moeda estrangeira. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue quadro detalhado sobre os instrumentos financeiros contratados:

continua

